

Hospício de Pedro II: O papel das irmãs de caridade de São Vicente de Paulo nas hierarquias sociais

RESUMO

Neste trabalho, apresentaremos alguns dos textos que regiam o funcionamento do Hospício de Pedro II, demonstrando como as hierarquias sociais que permeavam a sociedade imperial eram reiteradas naquela instituição. Embora essas regras pudessem ser negociadas e redefinidas, seguindo a lógica na qual ela estava inserida, os lugares sociais estavam, ali também, muito bem definidos, em relação aos internos, mas também em relação ao corpo de funcionários. Buscaremos, então, analisar o papel das irmãs vicentinas no projeto institucional, permeado pelos princípios da caridade.

A criação do Hospício

“Desejando Sua Magestade o Imperador que a memoria de Sua Sagração, e Coroação fosse transmitida á posteridade em hum monumento, que recordando aos vindouros esta notável época da Historia Nacional, indicasse ao mesmo tempo os sentimentos do paternal amor, que consagra a Seus Subditos, nenhum outro podia melhor preencher as vistas do Monarcha, do que o estabelecimento de hum Hospicio destinado ao tratamento daquelas pessoas, para quem, vivendo na sociedade, no meio das pessoas, que lhe são unidas pelos laços mais estreitos, com a perda da razão a sociedade expirou, e expirarão todas as affeições, que se prendem n´aquelles laços; para os alienados. A sorte destes indivíduos na Santa Casa da Misericordia, apezar do zelo, e da caridade das Administrações deste pio Estabelecimento, era bem digna de lastima. [...]”

Esta foi a descrição feita do decreto de criação do Hospício de Pedro II no relatório do Ministro do Império, Candido José de Araujo Vianna, publicado no ano de 1843. Este fragmento é exemplar para a compreensão do contexto político e social em que aquela instituição surgia e os anseios que permeavam a atitude do nobre imperador.

O decreto, assinado na data da sua sacração, demonstra justamente o papel que aquela instituição prometia em relação a “História Nacional” que se pretendia construir no reinado de Pedro II. Lilia Moritz Schwarcz já apresentou a preocupação do “monarca nos trópicos” com as artes, a cultura e as ciências, mesclando símbolos de modernidade com as velhas tradições monárquicas (SCHWARCZ, 1998). Assim, o simbolismo desta obra zigzagueava entre o projeto científico modernizador e os “sentimentos do paternal amor” do monarca pelos seus súditos.

Luciana Gandelman apontou a dubiedade da Santa Casa da Misericórdia, que articulava suas ações entre o preceito caritativo cristão e as relações de Antigo Regime (GANDELMAN, 2001: 615), fortemente baseadas nas redes de solidariedade e interdependência dos indivíduos, de que voltaremos a falar mais adiante. Tânia Pimenta também demonstrou os fortes vínculos entre a mesa diretora da Santa Casa e a Coroa (PIMENTA, 2003: 115). Já Mariana Melo destaca o papel mais amplo que as irmandades leigas, como a Santa Casa desempenhavam no sentido de atenuar as tensões sociais, intermediando muitas vezes a relação do rei com seus súditos.

Na fala do Ministro do Império, citada acima, é evidente a preocupação do imperador com os súditos do Império do Brasil. Em sociedades baseadas em critérios de fidelidade, honra e serviço, a caridade servia como fonte de distinção. Ao mesmo tempo que era meio de alívio e inserção para os pobres, era fonte de prestígio e distinção social dos irmãos, ajudando-os a ampliar seu leque de dependentes e, logo, de poder (MELO, 2009: 114).

A própria construção do hospício, embora tenha contado com investimentos da própria coroa, recebeu doações de alguns “bem-feitores da humanidade”, que contribuíam com tão majestoso ato, servindo de distintivo social. Em troca, o Estado tratava de propagandear, entre os seus, quem estava ao lado da caridade e do progresso, ao mesmo tempo estimulando os demais a seguirem o mesmo caminho. Já no início do processo, aparecia no relatório ministerial os mentores das primeiras doações: Comendador Thomé Ribeiro de Faria, Barão de Pirahy, José de Souza Breves Filho e Barão de Santa Luzia. Destacadas estas figuras, ainda citam outros, não nomeados, que

talvez não tivessem contribuído o suficiente para serem glorificados¹. Ainda durante a construção, os mesmos relatórios avisam que a imprensa vinha divulgando os nomes dos capitalistas que seguiam contribuindo com as obras². Era a disputa por reforçar as representações simbólicas da classe senhorial.

Todo este sentido complexo e tenso está expresso no próprio ato de fundação do Hospício de Pedro II, que, apesar de fruto de reivindicações médicas, foi entregue a administração da irmandade. Nesse sentido, é fundamental levar em conta esses preceitos para analisar o papel desempenhado por aquela instituição ao longo do período imperial.

As regras do jogo

No processo de preparação para a abertura do Hospício, em 04 de dezembro de 1852, foi lançado o decreto n. 1077, que aprovava e mandava executar os Estatutos do Hospício de Pedro II, definindo as primeiras e principais regras. Além de reiterar a incorporação à Santa Casa, os estatutos definiam que o hospício seria “destinado privativamente para asylo, tratamento e curativo dos alienados de ambos os sexos de todo o Imperio, sem distincção de condição, naturalidade e religião”³.

Os fins da instituição, destacados já no primeiro capítulo dos Estatutos, apontam para a amplidão do público que este deveria atender. Estava claro e evidente que o primeiro hospício do Império, tanto pelo seu espírito científico quanto caritativo, deveria ter portas abertas para todos, sem distinguir ricos de pobres, livres de escravos, oriundos da Corte ou das províncias, católicos ou praticantes de religiões afro. No entanto, em uma sociedade com lugares sociais, espaços e práticas tão bem demarcadas, como administrar um espaço de asilamento, ou seja, onde estas pessoas conviveriam dia e noite, garantindo as diferenciações exigidas e perpetuadas pelas camadas mais

¹ Relatório do Ministério do Império do ano de 1841 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 1ª sessão da 5ª legislatura. Publicado em 1843.

² Relatório do Ministério do Império do ano de 1844-1845. Publicado em 1946.

³ Decreto Nº 1.077 - de 4 de Dezembro de 1852. Approva e manda executar os Estatutos do Hospicio de Pedro Segundo.

abastadas? Além disso, embora se tratasse de uma instituição caritativa, esta nunca poderia dar conta da totalidade dos necessitados. Mesmo antes da sua inauguração oficial, ainda durante as obras, suas enfermarias provisórias já haviam recebido, em 1845, 61 alienados⁴, quando sua lotação máxima planejada era, já em fins da década de 1860, com todas as obras e ampliações concluídas, 300 lugares.

Embora um dos papéis destacados da instituição tenha sido sempre o caritativo, é importante levar em conta o panorama da assistência à saúde no Império, quando o hospital geral da Santa Casa e alguns de seus outros serviços desempenhavam papel central. Nos relatórios do Ministério do Império fica nítido este cenário, em que as ações de saúde pública estavam basicamente limitadas à Junta Central de Higiene Pública, ao Inspetor de Saúde do Porto e ao Instituto Vaccinico⁵. Além desses grupos, que intervinham mais diretamente nas ruas e nas casas, eram os estabelecimentos de caridade, em maioria vinculada à Santa Casa de Misericórdia, que prestavam assistência. Assim, ainda que a maioria dos cuidados fossem tomados em casa, quando a família já não desse mais conta, os indivíduos seriam, na maioria das vezes, aos hospitais da Misericórdia.

Assim, embora a irmandade tivesse esse compromisso com a caridade e assistência dos mais pobres e necessitados, sempre prestou assistência, ainda que em escala reduzida, às elites. Tânia Pimenta apontou que havia uma série de brechas que permitiam o acesso de não-pobres aos hospitais da Santa Casa de Misericórdia (PIMENTA, 2003: 152). O diferencial da irmandade seria justamente a abertura a qualquer grupo social e afirma que, ao longo do século XIX, o hospital teria deixado de abrigar apenas pobres, para tratar todos os doentes, ainda baseada no compromisso com a caridade cristã (PIMENTA, 2003: 170).

No Hospício de Pedro II, conforme já apresentamos em outro trabalho (RIBEIRO, 2012), o mesmo aconteceu. E, apesar de os não pagantes terem sido maioria em toda sua história, o que sempre foi motivo alegado para crises financeiras (GONÇALVES, 2010:42), este esteve aberto a filhos, maridos e esposas de famílias mais renomadas da sociedade imperial. No caso do hospício, havia ainda uma

⁴ Relatório do Ministério do Império do ano de 1845 apresentado a assemblea geral legislativa na 3ª sessão da 6ª legislatura. Publicado em 1846.

⁵ Anexo E – Saúde Pública e Santa Casa de Misericórdia. Relatório do Ministério do Império do ano de 1873 apresentado a assemblea geral legislativa na 3ª sessão da 15ª legislatura. Publicado em 1874.

peculiaridade em relação aos demais serviços da Santa Casa. Aquele era o primeiro e único estabelecimento com aquele fim, em todo o Império. Apenas na década de 1880, surgirão casas particulares para atendimentos a alienados. Até então, as elites mandavam seus enfermos para o mesmo e único hospício.

Já nos estatutos, estavam definidas as diferenças relacionadas à acomodação dos internos, de acordo com a classe que ocupariam no hospício. Embora estivesse prevista a internação de indigentes, as regras não são claras quanto à forma como seriam acomodados. Poderiam entrar gratuitamente pessoas indigentes⁶, escravos de senhores que não pudessem pagar e que não possuíssem outro cativo e marinheiros de navios mercantes. Os, demais, que pudessem pagar, estavam divididos em três classes: 1ª, 2ª e 3ª classe. Os de 1ª classe ficavam em acomodações individuais e recebiam tratamento diferenciado. Os de 2ª também tinham tratamento especial, mas dividiam quarto com outro alienado. Já os de 3ª classe, ocupariam enfermarias coletivas. Mas, dentro da 3ª classe, ainda existia uma diferenciação, entre homens livres e escravos, estes com uma diária mais barata que os demais.

Além das três classes básicas, existia uma diferenciação para os militares, que, quando remetidos pelas devidas autoridades, seriam tratados como pensionistas, tendo a classe e o pagamento regulados pelos seus vencimentos. Outra peculiaridade interessante era em relação aos irmãos da Santa Casa, ou seja, membros da irmandade. Os irmãos entrariam sempre gratuitamente, mas seriam tratados como pensionistas. A classe de pensionista seria regulada de acordo com os préstimos que tivesse feito à irmandade e com a posição social ocupada. No regimento interno, aprovado em 1858, estes benefícios são reiterados e melhor definidos. Assim, quem tivesse ocupado cargos dentro da Santa Casa, receberia tratamento de primeira classe. Já os demais, irmãos sem cargos, receberiam o tratamento da 2ª⁷. Esses privilégios da irmandade demonstram a importância das redes sociais que se estabeleciam no Império, nas quais as irmandades leigas ou religiosas sempre tiveram papel fundamental.

⁶É importante ressaltar que os “indigentes”, diferentemente do sentido atual, eram todos que não tivessem condição de custear a estada no hospício. Parte dessa discussão foi apresentada em RIBEIRO, Daniele. O Hospício de Pedro II e seus internos no ocaso do Império: desvendando novos significados. Rio de Janeiro. 2012. p.92.

⁷ Regimento Interno do Hospício de Pedro II. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1858.

BIBLIOGRAFIA

- AMARANTE, Paulo D. *Psiquiatria social e colônias de alienados do Brasil (1830-1920)*. Dissertação de Mestrado (Medicina Social – IMS/UERJ). Rio de Janeiro, 1982)
- ALVES, Lourence Cristine. *O Hospício Nacional de Alienados: terapêutica ou higiene social?* Dissertação de mestrado. Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, COC/Fiocruz, 2010.
- BERTOLLI, Claudio Filho. *Prontuários Médicos: fonte para o estudo da história social da medicina e da enfermidade*. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. 3, n. 1, p. 173-180, Rio de Janeiro: mar/jun. 1996.
- BERTOLLI, Claudio Filho. *Prontuários Médicos e a Memória da Saúde Brasileira*. **Boletim do Instituto de Saúde**, nº 38. São Paulo, abril 2006.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- COSTA, Jurandir. **História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Xenon Ed., 1989
- CUNHA, Maria Clementina P. **O espelho do mundo – Juquery, a história de um asilo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CUNHA, Olívia M.; GOMES, Flávio dos S. (orgs). **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- EDLER, Flávio. **As reformas do ensino médico e a profissionalização da medicina na Corte do Rio de Janeiro 1854-1884**. Tese de Mestrado. Departamento de História, USP, 1992.
- EDLER, Flávio. “A medicina brasileira no século XIX: um balanço historiográfico”. **Asclépio – Revista de historia de la medicina y de la ciencia**. V.L-2, 1998. (pp. 169- 186).
- ENGEL, Magali G. *As fronteiras da anormalidade: psiquiatria e controle social*. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. 5 (3): 47 – 63. Rio de Janeiro, nov. 1998 – fev. 1999.
- ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **História da Loucura: na Idade clássica**. 9 ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- GANDELMAN, Luciana M. *A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX*. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. 8 (3): 613 – 630. Rio de Janeiro, Set-Dez. 2001.
- GONCALVES, Monique de S.; EDLER, Flávio C. *Os caminhos da loucura na Corte Imperial: um embate historiográfico acerca do funcionamento do Hospício Pedro II de 1850 a 1889*. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.** São Paulo, v. 12, n. 2, June 2009.
- GONÇALVES, Monique de S. **Mente São, corpo são: disputas, debates e discursos médicos na busca pela cura das “nevroses” e da loucura na Corte Imperial (1850-1880)**. Tese de Doutorado. Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, COC/Fiocruz, 2010.

- GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1997.
- HOLANDA, Sérgio B. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed. 24ª ed, 1992.
- HUERTAS, Rafael. Medicina social, control social y políticas del cuerpo. La subjetivación de la norma. In: MIRANDA, Maria e SIERRA, Álvaro. **Cuerpo, biopolítica y control social: América Latina y Europa en los siglos XIX y XX**, 2009.
- KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KROPF, Simone. Conhecimento médico e construção social das doenças. Algumas questões conceituais. In: KREIMER, Pablo et all. **Produccion y uso social de conocimientos: estudios de sociologia de la ciencia y la tecnologia en America Latina**. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2006.
- LORENZO, Ricardo de. **‘E aqui enloqueceo’ - A alienação mental na Porto Alegre escravista (c.1843-c.1972)**. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, 2007.
- MACHADO, Roberto; LOUREIRO. A.; LUZ, R.; MURICY, K. **Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1978.
- MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- MELO, Mariana F. Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro: assistencialismo, sociabilidade e poder. In: ARAUJO, Maria M. **As Misericórdias das duas margens do Atlântico: Portugal – Brasil (séculos XV-XX)**. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2009
- NYE, Robert A. The evolution of the concept of medicalization in the late twentieth century. **Journal of History of the Behavioral Sciences**, vol. 39 (2), 115-129. Spring 2003.
- OLIVEIRA, Edmar. **Engenho de Dentro do lado de fora: o Território Como um Engenho Novo**. Monografia de especialização (Gestão em Saúde). Fundação João Goulart: 2004.
- OLIVEIRA, Edmar. Cuidando da Desconstrução: do Engenho de Dentro para um Engenho do Fora. **Archivos Contemporâneos do Engenho de Dentro**. Rio de Janeiro: Instituto Municipal Nise da Silveira. Ano 1. n.1. Nov. 2007.
- PATTO, Maria Helena S. Teoremas e cataplasmas no Brasil Monárquico – o caso da medicina social. In: **Novos Estudos CEBRAP**, n.44. São Paulo: Março 1996.
- PESTRE, Dominique. “Por uma nova história social e cultural das ciências : novas definições, novos objetos, novas abordagens, **Cadernos do IG/Unicamp**, V. 6. Nº1, 1996, p. 3-56.
- PIMENTA, Tânia S. **O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro. (1828-1855)**. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. Campinas: 2003. (Cap. 2)
- RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social. Rev. Sociol. USP**, São Paulo, 7 (1-2): 67-82, outubro de 1995.
- REIS, José Roberto F. **Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30)**. Dissertação de Mestrado – UNICAMP. 1994.

- ROSENBERG, Charles E. "Framing disease: Illness, society and history", In: ROSENBERG, Charles E. e GOLDEN, Janet (eds). **Framing disease. Studies in cultural history**. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1977.
- SCHWARCZ, Lilia M. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SHAPIN, Steven. **A Revolução Científica**, Portugal, DIFEL, 1999, p. 23-35; 81-127.
- TEIXEIRA, Manoel Olavo Loureiro. **Deus e a Ciência na Terra do Sol: O Hospício de Pedro II e a constituição da Medicina Mental no Brasil**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IPUB/UFRJ, 1998.
- TEIXEIRA, Manoel Olavo Loureiro. As origens do alienismo no Brasil: dois artigos pioneiros sobre o Hospício de Pedro II. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**. vol.15 no.2 São Paulo, 2012.
- VELLASCO, Ivan de A. Clientelismo, ordem privada e Estado no Brasil oitocentista: notas para um debate. In: CARAVALHO, José M. e NEVES, Lúcia M. **Repensando o Brasil do Oitocentos: Cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 71-100.
- VENÂNCIO, Ana. T. A. Ciência psiquiátrica e política assistencial: a criação do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. 10 (3): 883 – 900. Rio de Janeiro, set. – dez. 2003.
- VILLASANTE, Olga. Tutela y práctica médica em el Manicomio de Leganés (1852-1900): la población manicomial decimonónica. **Livro de resumos do III Encontro da Rede Iberoamericana em História da Psiquiatria**. Rio de Janeiro. Nov. 2010.
- VILLASANTE, Olga. Orden y norma em el Manicomio de Leganés (1851-1900): el discurrir diario del paciente decimonónico. **Frenia**. Vol. VIII-2008, 33-68.